

## **RESUMO EXPANDIDO**

# O LUGAR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR) NO COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA

Saionara Bonfim Santos<sup>1</sup>

EIXO TEMÁTICO: POLÍTICA IDENTITÁRIAS E SUAS SUBJETIVIDADES

## 1. OBJETO DE PESQUISA

O Presente estudo visa analisar qual o lugar das relações de gênero na mais nova política educativa brasileira, a Base Nacional Comum Curricular de História (BNCC, 2017). Investigando como a BNCC (2017) no campo da História, no Ensino Fundamental do 6º ao 9º se posiciona diante das relações de gênero? Considerando que as desigualdades entre as mulheres e os homens resultam das relações de poder construídas historicamente, acredita-se de fundamental relevância que o currículo oficial aponte tais problemáticas sociais, por tratarse de uma abordagem temática que revela preconceitos, discriminações, violências e opressões contra as mulheres, pessoas negras e LGBTs, no passado e na contemporaneidade.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra / PT. Licenciada em História.



O desenvolvimento do presente estudo tem como matriz epistemológica a teoria social crítica, pretendendo estudar-se as relações de gênero as políticas educativas específicas das/os professoras/es de história numa perspectiva para equidade social entre mulheres e homens.

Neste campo, temos uma vasta gama de pesquisadoras, sobretudo dos estudos feministas, dentre elas destacamos Perrot (1988), Scott (1992), Dias (1994), Saffioti (2004), Pinskay e Pedro (2012), autoras que problematizam o conceito de gênero, como uma construção social e histórica, diversificada em seu tempo e espaço. Discutem o papel da história das mulheres na construção de novas narrativas e novas relações sociais.

#### 2. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa social qualitativa, com arsenal bibliográfica e documental. Como fonte de investigação será utilizada como referência a Base Nacional Comum Curricular no campo da História (BNCC, 2017) documento oficial normativo a ser aplicado na educação formal brasileira até 2020 pelas Escolas públicas e privadas e todo sistema de ensino do país.

## 3. OBJETIVOS

Como Objetivo geral investigar como a BNCC (2017) de História se posiciona diante das relações de gênero e da equidade entre mulheres e homens diante do ensino da História. Como **Objetivos específicos**: Identificar na BNCC (2017) de História do 6ª ao 9º anos, nas unidades temáticas, nos objetos de conhecimento e nas habilidades e apontamentos, no que tange as



relações de gênero e da história das mulheres; Refletir sobre a relevância social da mudança cultural no ensino de história.

## 4. JUSTIFICATIVA

Pesquisar as políticas que direcionam o trabalho das professoras/es de história na perspectiva das relações de gênero, tem motivações pessoais, sociais e profissionais, por ser mulher negra e vivenciar desigualdades de gênero e raça cotidianamente, num contexto de violências e opressões que nos convoca ao estudo, ao debate, e aos enfrentamentos políticos, seja para análise crítica dos papéis sociais, seja como docente e pesquisadora com compromisso social e político (FREIRE, 1996) buscando aprofundamento teórico crítico visando a contribuição das mudanças sociais vigentes.

### 5. POSSÍVEIS RESULTADOS

Ao pesquisar a BNCC de História (2017) as diretrizes curriculares do 6° ao 9° ano, analisando as Unidades Temáticas, os Objetos de conhecimento e as Habilidades propostas, constatamos que apenas no 6° e no 9° incluem abordagens temáticas ligadas a questão das mulheres, todavia não há uma discussão direta de relações de poder entre mulheres e homens na formação da história da humanidade. Ficou evidente que não houve uma preocupação de continuidade de tratar especificamente sobre a construção social humana entre mulheres e homens no 7° e no 8° ano.

Outro apontamento identificado, não há uma linguagem de inclusão de gênero para mulheres e homens, meninos e meninas, ao referir-se as/os docentes, todas as mulheres são referidas como



professor ou professores. Mesma questão da linguagem ao referir-se ao alunado, sempre todos são alunos, mesmo o IBGE apontando que a maior parte da população brasileira é de mulheres. Mesmo esse documento tendo levado muitos anos para ser produzido, mesmo afirmando em seus princípios e valores reconhecimento da diversidade cultural brasileira, não conseguiu garantir a diversidade na linguagem.

# 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa, tem se realizado um esforço de analisar a BNCC de 2017 como uma política nacional, normativa de fundamental relevância para a educação nacional. Instrumento a ser referência obrigatória para a Construção dos Currículos escolares e todos os sistemas de ensino no Brasil até 2020. Além da determinação legal disposta na Constituição da República Federativa no Brasil (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) há uma necessidade de implementar currículos base para garantir a qualidade no ensino de todos os estados e municípios. Uma educação inclusiva, justa, ética, democrática e que garanta o reconhecimento e valorização da diversidade cultural do povo brasileiro, como direito.

Vale destacar que esta pesquisa se encontra em curso. Acreditamos que as políticas são fundamentais para contribuir para mudanças curriculares vigentes, sobretudo porque trata-se de uma norma a ser aplicada, não mais um parâmetro, como era o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1988) apenas indicava diretrizes, mas não era uma Base a ser cumprida por todas as instituições de ensino do país, todavia a BNCC aprovada, ainda não contempla de forma continuada a questão das desigualdades entre mulheres e homens na sociedade como uma



questão social, política e histórica que devesse perpassar todos os anos finais do ensino fundamental

# REFERÊNCIAS

**BRASIL**, **(1996)** *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9394.htm

BRASIL, Governo do. (2017). **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**, DF: Centro Gráfico.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares nacionais* / *Secretaria de Educação Fundamental* – Brasília: MEC/SEF.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, P. (2018). **Ideologia de gênero e a política de educação no Brasil: Exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo**. *ex æquo*, 37, 33-46. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.03

LOURO, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.* (16.ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

MOUTINHO, L. (2014). **Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes.** *Cadernos Pagu*, 42, 201-248. http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201

PINSKAY, C. B & PEDRO, J. M. (Org.). (2012). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto.

SAFFIOTI, H. I. B. (2004). **Gênero, patriarcado, violência**. Editora. Perseu Abramo. SCOTT, J. W. (1992). História das Mulheres. In P. Burke (Org.), *A escrita da História. Novas perspectivas* (pp. 63-95). São Paulo: Unesp.

SILVA, C. B. (2006). **Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: algumas questões sobre produções de subjetividades.** In *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/



SILVA, T. T. (2013). **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora.